

## Manuais de ensino de língua portuguesa na Província da Bahia no século XIX

### Portuguese Language teaching manuals in 19th century Province of Bahia

Emília Helena Portella Monteiro de Souza\*

**RESUMO:** Este artigo se insere no campo de pesquisa sobre a língua portuguesa e a escolarização em perspectiva histórica. Dialoga-se com os estudos da história da cultura escrita no Brasil e com a constituição histórica do português brasileiro na formação das normas cultas. Tem-se, como objetivos, apresentar os manuais didáticos que circularam nas escolas baianas, em especial nas primárias, na segunda metade do século XIX, e proceder a considerações sobre duas gramáticas dirigidas à escola primária, na Bahia: a de Bernardino Martagão, (1880), e a de Hilário Ribeiro (1907 [1882]). Do ponto de vista metodológico, parte-se de um corpus já constituído, como parte do projeto de pesquisa. Os manuais didáticos, objetos de investigação, foram inventariados em bibliotecas de Salvador-Ba, e em documentos oficiais da época depositados em arquivos. Da análise feita, verifica-se que as gramáticas referidas contêm muito das concepções das gramáticas filosóficas dos séculos XVII e XVIII, destacando-se, nesse particular, a de Martagão; a de Ribeiro apresenta-se mais didática, haja vista os exercícios gramaticais voltados para o aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Manuais didáticos. Gramáticas. Ensino. Século XIX. Bahia.

**ABSTRACT:** This article is part of the research field on Portuguese language and schooling in a historical perspective. In it, we establish a dialogue between the studies in the History of Writing Culture in Brazil and the historical constitution of Brazilian Portuguese and its standard norms. We aim at presenting the teaching manuals that were used in 19<sup>th</sup> century schools in the Province of Bahia, mainly those adopted in elementary schools, during the second half of the 19<sup>th</sup> century. Two grammars that were designed for elementary schools in Bahia will be analyzed: Bernardino Martagão's (1880) and Hilário Ribeiro's (1907 [1882]). From a methodological standpoint, we start from a corpus that has already been part of the research project. The teaching manuals, which are the object of our investigation, were inventoried at libraries in Salvador-Bahia, as well as in official documents from that period deposited in archives. Of what has been analyzed, it has been verified that the grammars here referred to contain much of the philosophical conceptions of those from the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries, particularly that of Martagão's; Ribeiro's features are more didactical outline, considering the grammar exercises for the student's further practice.

**KEYWORDS:** Portuguese teaching manuals. Grammar books. Schooling. 19<sup>th</sup> century. Bahia.

### 1. Introdução

Neste artigo, apresentamos alguns resultados de pesquisas sobre a língua portuguesa e a escolarização em perspectiva histórica. Tem-se, como pressupostos teóricos, os estudos sobre

\* Faculdade de Educação/Instituto de Letras – PPGLinC – UFBA.

a história da cultura escrita no Brasil e sobre a constituição histórica do português brasileiro na formação das normas cultas. Galvão (2010) propõe cinco “entradas” para se estudar a cultura escrita em uma perspectiva histórica, dentre essas, está a história dos objetos que lhe dão suporte, como seja, a história do livro, dos manuais didáticos, das cartilhas, das revistas, dos jornais, dos catecismos etc. Considera-se que todos esses escritos referidos são reveladores da língua que se ensinava, seja pelo testemunho dos próprios textos, seja pela perspectiva metalinguística de abordagem dessa língua.

Objetiva-se, portanto, apresentar manuais que circularam nas escolas baianas, em especial nas primárias, no século XIX, a título de inventário, entre livros de leitura, ortografia, caligrafia, gramáticas etc., e proceder a considerações sobre duas gramáticas adotadas nas escolas primárias, na segunda metade do século XIX, na Bahia. O “Compendio Rudimental de Grammatica da Lingua Portuguesa” (1880) de Bernardino Affonso Martagão, professor primário, e a “Grammatica Elementar e Lições Progressivas de Composição” de Hilário Ribeiro (1906 [1883]).

Para a constituição do *corpus*, houve dois procedimentos de coleta do material: a) inventário de obras existentes em bibliotecas de Salvador-Ba; b) busca de referências em documentos oficiais, como Relatórios de Diretores da Instrução Pública, Fallas de Presidentes da Província da Bahia, na segunda metade do século XIX, Livro de lançamento de entrada e saída de livros fornecidos às escolas públicas com registros dos anos de 1800 a 1889 existente no Arquivo Público do Estado da Bahia, e correspondências recebidas pela Diretoria dos Estudos, que partem, principalmente, de tipografias que oferecem a impressão dos materiais aprovados pelo Conselho para uso das aulas públicas primárias.

Pode-se considerar o século XIX como o século em que se incrementaram as políticas públicas para a educação, ao se contrastar com o período pombalino, pós-expulsão dos jesuítas, na segunda metade do século XVIII, haja vista a quantidade de atos, resoluções que foram baixados, tanto durante o Império, quanto na nascente República, e que, de certa forma, repercutiram nas ações educativas.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, foi instituído o sistema laico de ensino pela política do Marquês de Pombal, em Portugal e em todas as suas colônias. Até 1772 houve um hiato nas questões educacionais, do ponto de vista oficial, até a promulgação de leis que instituíram as aulas régias e deram início a ações mais diretas quanto à contratação de professores, criação do subsídio literário, atendimento às solicitações de criação de aulas de primeiras letras e aulas avulsas, como aulas de latim, grego, retórica, aritmética, geometria etc. Esse hiato foi mais sentido nas regiões em que predominou a educação jesuítica, pois nas que não tiveram colégios

jesuíticos, ou quaisquer ordens religiosas instaladas, como a capitania de Minas Gerais, isso não aconteceu, pois já havia um sistema de ensino particular, mais ou menos constituído e não houve substituições. (FONSECA, 2009 p. 61, 62).

Com referência aos espaços de ensino, no início do século XIX, vão existir alguns mais formalizados, para atender às exigências, inicialmente, do método de ensino mútuo, ou lancasteriano, prescrito pelo Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827. Esse método já foi importado com uma estrutura organizacional e curricular, para atender a uma quantidade grande de alunos. Deveria ser adotado nas capitais das províncias, e nas cidades, vilas e lugares mais populosos; e o professor deveria receber instrução para poder aplicá-lo. Afora esses espaços de atendimento ao uso do método lancasteriano, os espaços escolares eram, em grande parte, improvisados e o ensino das escolas elementares, sobretudo das primeiras letras, feito por um professor, às vezes em um cômodo de sua própria casa.

Quanto aos manuais didáticos para o ensino das primeiras letras, tal qual os conhecemos hoje, esses não existiam. Serviam de base do ensino e à prática da leitura, textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, clássicos da literatura internacional; em alguns casos, a Constituição do Império, pois a própria Lei de 1827 o prescreve, assim como a História do Brasil, o Código Criminal e a Bíblia. (BATISTA, GALVÃO e KLINKE, 2002, p. 28). Na segunda metade do século XIX, é que começam a surgir os livros de leitura, livros de leitura seriados e métodos diversos com respectivo material de ensino. Passa a ocorrer um processo de didatização mais intensa do ensino, a partir da maior difusão do ensino simultâneo<sup>1</sup>, na década de 50 do século XIX. Em muitos contextos, ainda prevalecia o ensino individual, em que o professor se dedicava a um aluno por vez, enquanto os demais trabalhavam em silêncio e sozinhos. Em cada momento histórico, há materiais que foram usados para o ensino da leitura e da escrita. Sabe-se que muito pouco ficou desses materiais, pois o caráter efêmero levou a que não fossem tomados como documentos de valor histórico e, portanto, não foram conservados, embora existam exceções. Sobre a natureza desses materiais, nos quais se incluem os livros de leitura, no Brasil, raros foram os livros de leitura impressos, pelo menos até a primeira metade do século XIX. Predominou uma cultura manuscrita, de cartilhas ou cartinhas, de manuais de caligrafia, de livros de leitura manuscritos. Todos esses materiais dirigidos à aprendizagem da leitura e da escrita. Como diz Chartier, em *Povoirs de l'écrit et manières de lire* (2013),

---

<sup>1</sup> O ensino simultâneo foi proposto por Comenius (1592- 1670), no século XVII, mas só foi posto em prática, no Brasil, oficialmente, no século XIX. Segundo Nunes (2004), o ensino simultâneo consistia em um professor instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizavam o mesmo trabalho, ao mesmo tempo.

A imprensa, pelo menos nos quatro primeiros séculos de sua existência, não fez desaparecer nem a comunicação, nem publicações. Mais do que isso, ela convidou a novos usos da escrita a mão, como atesta um primeiro inventário dos objetos que estimulam seus compradores a encobrir com sua escrita os espaços que a impressão deixou em branco.<sup>2</sup>

Uma referência a anotações feitas por autores nas edições, nos impressos: são substituições, correções etc.

## 2. Das cartinhas do século XVI aos manuais do século XIX

Para se verificar as características dos manuais adotados na Bahia, no século XIX, é interessante resgatar o histórico de certos manuais voltados para a aprendizagem da leitura e da escrita, para que se possa melhor compreendê-los, em seu processo histórico. Inicia-se pela cartinha ou cartilha.<sup>3</sup>

Vê-se que a cartinha ou cartilha está presente no Portugal de quinhentos e em suas colônias. Está em Mattos e Silva (2002, p. 33) que “já em 1504 eram enviados livros para o Congo, entre eles, provavelmente cartinhas; em 1512 e 1515 seguem para Abissínia e para o oriente novas remessas de livros de que faziam parte cartinhas.” Há, também, remessas para Goa, Cananor e Malaca. Hue (2007, p. 17) dá o número de 2000 cartilhas portuguesas enviadas para a Abissínia, em 1515. Segundo essa mesma autora, essas cartilhas ensinavam o português com textos religiosos, tendo, portanto, um propósito de conversão. Essas levas de livros, dentre eles cartinhas, faziam parte do processo colonizador português, em terras do Oriente, África e América.

Em 1539, é publicada a cartinha de João de Barros, a mais conhecida de todas, em que se juntam as noções iniciais da alfabetização com orações católicas, os dez mandamentos, os sacramentos etc. Esse modelo de cartilha permanece, praticamente, até o século XVIII, em que se alia o ensino do vernáculo à doutrina cristã. Mattos e Silva (2004) estabelece um confronto da *Cartinha* de João de Barros, impressa em 1539, com a *Cartilha em tamul e português*, impressa em 1554, e com a *Cartilha para instrução dos meninos*, de 1718, publicada em 1722. Da análise feita e do confronto estabelecido, Mattos e Silva ressalta a maior elaboração linguístico-pedagógica da *Cartinha* de João de Barros, que também prima pela qualidade

---

<sup>2</sup> Tradução minha. “L’imprimerie, du moins dans les quatre premiers siècles de son existence, n’a fait disparaître ni la communication ni la publication manuscrites. Plus encore, elle a invité à de nouveaux usages de l’écriture à la main comme atteste un premier inventaire des objets qui incitent leurs acheteurs à couvrir de leur écriture les espaces que l’impression a laissés em blanc.” (CHARTIER, 2013).

<sup>3</sup> Duas formas de se denominar o mesmo objeto.

gráfica e imaginação didática em comparação com a *Cartilha* anônima e bilingue tamul/português. (p. 29). Com referência à *Cartilha* do século XVIII, entre os ensinamentos da língua, essa apresenta uma parte dirigida aos mestres, orientando-os sobre como devem proceder para formar seus discípulos, do ponto de vista moral, seguindo os preceitos da doutrina cristã. Igualmente, apresenta a relação dos conteúdos que devem ser ensinados. Essas orientações, que aliam o ensino do vernáculo à doutrina cristã, adentram o século XIX, mesmo com muitas mudanças do ponto de vista didático-pedagógico, incluindo novos métodos e materiais de ensino da leitura e da escrita.

Essa relação do ensino do vernáculo com o ensino do catolicismo, segundo Marquilhas (2000, p. 135), estava prevista na legislação eclesiástica, pelo menos na seiscentista. Embora as constituições do século XVI, posteriores a 1564 (data da promulgação em Portugal dos decretos e cânones de Trento), não incluíssem esse preceito, diz Marquilhas: “já circulavam cartilhas cujos textos de iniciação à leitura eram sempre de natureza dogmática”. Essa autora chama atenção para o fato de que foi nas constituições do século XVII que se passou a recomendar aos agentes de ensino que tivessem um empenho na formação cristã dos discípulos e que dessem uma orientação moralizante à atividade didática. (p. 136). Essa foi a tônica do ensino a partir do século XVI, chegando ao século XIX.

No período de permanência da Companhia de Jesus no Brasil, do século XVI ao XVIII, os jesuítas seguiam o programa de ensino da *Ratio Studiorum*, nos colégios da Companhia; nesses, não havia espaço para o ensino de português. A exceção eram as primeiras letras, a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, nas escolas menores, depois daí, aprendia-se o latim; gramática da língua latina no ensino secundário e no ensino superior. (SOARES, 2002). Nos aldeamentos, o ensino era aliado à doutrina. Os jesuítas se utilizavam dos preceitos da fé católica, através dos cânticos, das orações, dos rituais da missa, além das encenações de autos e peças teatrais. Além da catequese, os índios aprendiam trabalhos agrícolas e alguns a ler e a escrever.

Os processos de aprendizagem da leitura se fizeram sentir bem mais cedo do que os da escrita. No Brasil colonial, nem todos tinham acesso ao aprendizado da língua escrita. Em Portugal, segundo Souza (2012, p. 24), para aprendizagem da escrita, foram usados os manuais de caligrafia, a partir dos quinhentos. O primeiro livro português de caligrafia data do século XVI, e é atribuído a Manuel Baratta. No século XVIII, proliferam, no Brasil, os manuais de caligrafia, numa estreita relação da escrita com o desenho. Esses são tomados como cartilhas, e os calígrafos como mestres de ler, escrever e contar. Esses manuais de caligrafia abordavam as matérias básicas do ensino elementar: ler, escrever e contar; a esses conteúdos

acrescentavam-se normas de civilidade e de doutrina cristã. Esses manuais eram dirigidos aos alunos, aos pais de alunos, só no final do século passaram a ser também dirigidos aos professores. (p. 25). A cultura escrita, tanto em Portugal como no Brasil, era essencialmente manuscrita, e essa se manteve, pelo menos no Brasil, do século XVI ao século XIX, e, em alguns recantos, penetrou o século XX. Souza (p.28) diz que, no século XVIII, os calígrafos atuavam como mestres do ensino elementar e sob o controle dos funcionários da administração judicial e das Câmaras e também sob o olhar vigilante da Igreja Católica, para que não houvesse desvios doutrinários. A conclusão a que se chega é que esses manuais de caligrafia muito se assemelham à estrutura das cartinhas ou cartilhas, embora com especificidades, tendo em vista as lições de caligrafia.

A cultura manuscrita mantém-se hegemônica até a primeira metade do século XIX. Embora a imprensa já estivesse implantada em Portugal no século XVI, atuava com bastante restrição. Em relação ao Brasil, as remessas de livros para cá eram poucas, e havia ainda a censura do Santo Ofício. Só com a vinda de D. João VI ao Brasil, no início do século XIX, é que esse cenário começa a mudar, paulatinamente.

A Lei de 15 de outubro de 1827 prevê a criação de escolas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, e também prevê como método de ensino o lancasteriano ou mútuo, como já foi visto, mas é com o método de ensino simultâneo, implantado também no século XIX, que uma estrutura escolar começa a se estabelecer. Batista, Galvão e Klinke (2002) atribuem a progressiva implantação desse método à produção de material pedagógico, como quadro-negro, cartazes, materiais de ensino, livros didáticos. Como afirmam esses autores, “Embora a produção de livros escolares para o ensino elementar fosse realizada em escala nacional, a legislação sobre o livro, sobre sua escolha, aquisição e utilização ficava a cargo das províncias e, mais tarde, dos estados”. (p. 29). Principalmente na segunda metade do século XIX, muitos autores de gramáticas e, especialmente, de livros de leitura produziam seus materiais e o distribuíam pelas províncias. As gramáticas de Ernesto Carneiro Ribeiro (1881, 1890)<sup>4</sup>, baiano, não foram adotadas apenas na Bahia, mas tiveram larga distribuição e foram adotadas em várias províncias. Assim também são os livros de leitura de Dr. Abílio César Borges, o Barão de Macahubas, baiano, cujo primeiro livro de leitura foi publicado em 1866, e teve seus livros distribuídos nas escolas por todo o Brasil (cf. Souza, 2012); a gramática de Sotero dos Reis, maranhense, que foi adotada em muitas províncias, só para citar alguns.

---

<sup>4</sup> Grammatica portuguesa philosophica (1881); Serões Grammaticaes (1890)



Acrescentem-se os livros de autores portugueses e de autores franceses, esses traduzidos para o português, que se distribuíram pelas diversas províncias do Brasil.

Ao lado da produção impressa de livros voltados para o ensino, que em algumas províncias ocorreu ainda no início do século XIX, como Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco (TAMBARA, 2002, p. 30), há, no século XIX, os livros de leitura manuscritos ou paleógrafos, que predominaram em muitos recantos do Brasil Império e depois República, adentrando o século XX. Esses eram impressos por meio da litografia e reproduzidos em diferentes escritas, ou caligrafias. Batista (2002) informa que sua produção se inicia entre os anos 30 e 40 do século XIX, com o livro de Duarte Ventura, e finaliza nos anos 60 do século XX, com o livro de Lindolfo Gomes. Os primeiros livros manuscritos eram de origem portuguesa. Há uma relação do gênero com livros destinados à alfabetização, com apresentação das letras, das sílabas e de sua soletração e da presença de pequenos textos para as primeiras leituras. Batista ressalta que se trata de livros para aprender a ler, e não de livros ou cadernos para o ensino da caligrafia, ou dos diferentes tipos de letras. Em sua pesquisa, esse autor diz que apenas um dos livros foi escrito por um calígrafo, os demais apresentam textos copiados por diferentes pessoas, em diferentes estilos. Esses livros de leitura manuscritos se inserem na tradição mais geral do livro de leitura.

Já é do conhecimento que documentos de cartório e cartas serviam de base ao ensino e à prática da leitura, na primeira metade do século XIX. Havia também os compêndios de História Sagrada, de conhecimentos gramaticais, históricos ou cívicos, depois, com o avançar do século, apareceram as antologias; depois narrativas e romances escolares. Na segunda metade do século XIX, foram elaborados livros seriados de leitura voltados para a aprendizagem da leitura e da escrita, como os livros de Abílio César Borges, de Hilário Ribeiro, Felisberto de Carvalho e outros.

### **3. Os manuais didáticos usados na Bahia na segunda metade do século XIX**

O que se está denominando aqui de manuais didáticos é uma referência aos diversos livros usados nas escolas de primeiras letras, dentre esses: livros de leitura, alguns seriados, gramáticas, ortografias, caligrafias, livros de literatura, manuais religiosos.

Como foi dito na introdução deste texto, os materiais a serem relacionados a seguir foram alguns inventariados em bibliotecas de Salvador, outros em documentos oficiais, como Relatórios de Diretores da Instrução Pública, Fallas de Presidentes da Província da Bahia, existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia, referentes à segunda metade do século XIX,

e outros estão no Livro de lançamento de entrada e saída de livros, com registros dos anos de 1800 a 1889, existente no Arquivo Público do Estado da Bahia.<sup>5</sup> Ressalte-se que grande parte desse inventário foi constituído a partir dos documentos oficiais referidos. Apenas um número reduzido encontra-se nas bibliotecas baianas. Segue o Quadro 1 relativo aos manuais utilizados nos anos 50. As obras discriminadas foram aprovadas pelo Conselho Geral da Instrução Pública da Bahia. Chama-se atenção para o fato de os títulos estarem de acordo com o que foi escrito nos documentos referidos.

Quadro 1. Manuais utilizados no ensino primário - decênio de 50 do século XIX

Cathecismo de Historia Sagrada ou Doutrina Christã do Abade Fleury
Grammatica Portuguesa extraída do Manual Encyclopedico de Monteverde
Dito de Moral extraído do Manual Encyclopedico de Monteverde
Dito de Caligrafia por Herman von-Zeller
Folheto de O Bom Homem Ricardo

Fonte: Falla do presidente da província da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembléa Provincial, 1º de março de 1851.<sup>6</sup>

Esses manuais foram, senão totalmente, mas em parte, referidos nos Relatórios de 1852 e 1853. Foram adotados em quase todas as províncias para uso no ensino primário. Seus autores têm procedências diversas. O Abade Claude Fleury era francês e teve sua obra traduzida para o português. O *Manual Encyclopedico* de Emílio Achilles Monteverde, livro português, era dedicado às escolas primárias de Portugal, mas largamente utilizado no Brasil. Com 698 páginas, apresenta conteúdo das diversas disciplinas, como português, aritmética, geografia, história etc. *O bom homem Ricardo*, de Benjamin Franklin, obra de cunho moral, usada para leitura, foi traduzido do inglês para o português.

Com referência ao decênio de 60, os Relatórios e Fallas deste período não abordam a situação dos manuais usados nas escolas. As informações sobre eles foram encontradas em correspondências recebidas pela Diretoria dos Estudos e que tratam desse assunto. Tais correspondências partem, em grande maioria, de typografias que oferecem a impressão dos materiais aprovados pelo Conselho Geral de Instrução Pública para uso das aulas públicas primárias. Os títulos que constam desses documentos estão discriminados no Quadro 2 a seguir.

<sup>5</sup> Para esse levantamento, contamos com o trabalho da bolsista de Iniciação Científica Ana Márcia Cordeiro Messias.

<sup>6</sup> As Fallas de Presidentes da Província e Relatórios de Diretores da Instrução Pública se acham disponibilizados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)



Todas essas obras são, de acordo com as correspondências, aprovadas pelo Conselho, *para uso da infância brasileira*. Em outros documentos endereçados ao Conselho da Instrução Pública ou ao presidente da província, é o próprio autor quem oferta sua obra para análise, e, se possível, posterior adoção, como é o caso do Professor Manoel Jesuino Ferreira que, no ano de 1868, oferece ao Barão de São Lourenço quatro exemplares de seu Primeiro Livro de Leitura *para uso da Infância Brasileira* e, no ano seguinte, oferece o seu Segundo Livro de Leitura. Ressalte-se que, nos Relatórios e Fallas do decênio seguinte, essas obras aparecem já citadas, portanto, tornaram-se títulos comprados e distribuídos às escolas pelo Governo. Também não se descarta a possibilidade das obras utilizadas nos anos 50 permanecerem nos anos 60 e nos seguintes do século XIX, haja vista a citação do *Manual Encyclopedico de Monteverde* e do *Folheto de O Bom Homem Ricardo*, para os anos 60.

Quadro 2. Manuais utilizados no ensino primário - decênio de 60 do século XIX

Caligraphia de Francisco de Paula Amor
Grammatica Portuguesa de Manoel Agostinho da Cruz Mello
Dito de Moral extraído do Manual Encyclopedico de Monteverde
Directorio Moral para os Professores Primários Traduzido e editado por Camilo de Lelis Majson
Folheto de O Bom Homem Ricardo

Fonte: Catálogo Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos Documentos da Província. Outros Fundos - 3a. Parte. Documento de número 6051. APEB

O quadro seguinte lista os compêndios aprovados e adotados pelo governo, no decênio de 70, e que estavam em circulação nas escolas primárias de toda província para servirem ao ensino da escola de primeiras letras, no que tange à aquisição da leitura, da escrita, estudo das regras gramaticais e da moral cristã.

Quadro 3. Manuais utilizados no ensino primário - decênio de 70 do século XIX

<b>Catecismos Fleury</b>	1º Livro de Leitura do Dr. Manoel Jesuino
<b>O Bom Homem Ricardo</b>	2º Livro de Leitura do Dr. Manoel Jesuino
<b>Deveres de Meninos e Tesouro de meninos</b>	Grammática do Prof. Manoel Florencio
<b>Caligraphias</b>	Grammatica de Manoel Agostinho
<b>Ortographias</b>	Grammática de Latino Coelho
<b>Cathecismos do Bispo do Pará</b>	Cartas de ABC do Professor Nazareth
<b>Contos Bíblicos</b>	1º Livro de Leitura do Dr. Abílio

<b>Historia Sagrada</b>	2º Livro de Leitura do Dr. Abílio
<b>Ortographia do Prof. Araponga</b>	3º Livro de Leitura do Dr. Abílio

Fonte: Falla do presidente da província Antonio Candido da Cruz Machado na abertura da sessão da Assembléa Legislativa Provincial, em 1º de março de 1874. Relatório com que dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, presidente da província, abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1875. Relatório com que o presidente da província, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1876.

Nos anos 70, constata-se um aumento na variedade de títulos e autores, inclusive com a presença de livros de autores baianos, como os do Professor Manoel Jesuino, os do Dr. Abílio Cesar Borges e o de Manoel Agostinho da Cruz Mello. Percebe-se que as informações encontradas nos officios datados de 1869 antecipam o processo que se adotava para incluir um novo livro didático na relação oficial, o exemplo mais significativo são os Livros de Leitura do professor Manoel Jesuino Ferreira, que em 1868 e 1869 eram submetidos à apreciação do Conselho Geral de Instrução.

Pode-se observar a presença dos livros seriados de leitura, a começar pelos do Dr. Abílio César Borges, que teve o seu primeiro livro de leitura publicado em 1866; observa-se também a inclusão de gramáticas e de outros manuais voltados para a aprendizagem da escrita e da doutrina cristã.

Para o levantamento dos manuais da década de 80, partiu-se de um documento administrativo que pertencia à Diretoria de Instrução Pública. Trata-se do *Livro de lançamento de entrada e saída de compendios fornecidos as Escolas Publicas entre os anos de 1880 a 1889*. Este documento manuscrito se encontra em bom estado de conservação no acervo Colonial/Provincial do Arquivo Público da Bahia. Nele há o registro dos títulos comprados, ou recebidos como doações, e distribuídos pelo Governo para as escolas públicas primárias de toda Província da Bahia entre 1880 e 1889.

Quadro 4. Manuais utilizados no ensino primário - decênio de 80 do século XIX

Cartas de ABC do Professor Nazareth	2º Livro de Leitura de Hilario Ribeiro
Ortographia do Prof. Araponga	3º Livro de Leitura de Hilario Ribeiro
Cartilhas Nacionais de Hilario Ribeiro	4º Livro de Leitura de Hilario Ribeiro
Methodo de Hudson	Os Lusíadas de Camões
Tratado de Leitura em Voz Alta	Deveres dos meninos
O Bom Homem Ricardo	Sillabarios de Jardim
1º Livro de Leitura do Dr. Abílio	Methodo Mutuo
2º Livro de Leitura do Dr. Abílio	Methodo Simultaneo
3º Livro de Leitura do Dr. Abílio	Calligraphia da Professora Collet

Grammatica do Dr. Carneiro Ribeiro	Collecoes de Syllabarios
Grammatica do Dr. Abilio	Cathechismo de Fonseca Lima
Grammática de Latino Coelho	Civilidade Christã do Bispo do Pará
Grammatica do Prof. Manoel Florencio do Espirito Santo	Historia Biblica pelo Bispo do Pará
Cartilhas Nacionaes de Hilario Ribeiro	Respostas Breves

Fonte: Livro de lançamento de entrada e saída de livros fornecidos as Escolas Publicas Ano de 1880 a 1889. Livro registrado sob o código: 6566-1. APEB.

A partir desse Quadro, observa-se que há um aumento de títulos e autores em relação aos decênios anteriores. Ao lado da introdução de novos manuais, há a manutenção de outros que tinham sido aprovados no início da segunda metade do século, pelo Conselho Geral de Instrução Pública, como é o caso de *O Bom Homem Ricardo*, de cunho ideológico-moral, de autoria de Benjamin Franklin.

Muitas dessas obras foram, sistematicamente, ano após ano, compradas e enviadas às escolas, como é o caso de *Os Lusíadas de Camões* e do *Tratado de Leitura em Voz Alta*. Outras nem chegaram a ser, em sua totalidade, distribuídas às escolas, como a *Calligraphia da Professora Collet*. Outros títulos só passaram a ser comprados e distribuídos já no final do decênio, por exemplo, o *Methodo de Hudson*.

Comparando-se os livros relacionados nos quatro decênios, a partir da década de 50, observa-se que há uma crescente nacionalização dos livros a serem indicados. Essa produção nacional começou a ser mais intensa a partir do decênio de 60. Tal era a quantidade de livros produzidos por professores para o ensino primário, que o Conselho da Instrução Pública (início da década de 70) passou apenas a aceitar, para serem adotados, livros que passassem pelo seu crivo. Havia críticas sobre a qualidade desses materiais, que eram identificados como possuidores de erros grosseiros.

Em relação ao último decênio do século XIX, a década de 1890, quando o Brasil entra no regime político/administrativo de República, verifica-se uma mudança em relação ao registro de manuais escolares. O tratamento dado pelo Governo a esse tópico, em seus documentos, Relatórios e Fallas dos Presidentes, bem como dos Diretores de Instrução Pública, não existe. Não há referências sobre aprovação nem compra de livros, como ocorre nos decênios anteriores. Devem ser mantidos muitos dos manuais usados nos decênios anteriores, muitos deles permanecendo até o século XX.

Ressalte-se que a relação dos manuais adotados pelo governo e que estão documentados, nos Relatórios e Fallas de Presidentes da Província e em outros documentos oficiais, não incluem todos os livros que foram adotados nas escolas públicas primárias. Acredita-se que

alguns títulos foram incorporados à relação inicial, haja vista serem requeridos em correspondências de professores dirigidas ao Diretor da Instrução Pública, e mesmo referidos em outros documentos. Assim é o caso da gramática do Professor primário Bernardino Afonso Martagão.

No relatório de 1861, que se refere ao estado das aulas públicas primárias durante o ano de 1860, há o parecer da visita do Inspetor Geral de Escolas, Antonio Eusébio Gonçalves de Almeida, à escola pública de meninas de Florinda Moreira dos Santos, frequentada por 72 alunas. Ao descrever o estado das aulas públicas primárias da escola, Eusébio informa as condições das casas, dos mobiliários, sua impressão a respeito da professora e do estado de aprendizagem dos alunos, aos quais aplica uma espécie de sabatina com questões de gramática e aritmética e, embora informe no parecer que há a falta de *livros e cartas*, espécies de Cartilhas de ABC, o inspetor afirma que na sexta série primária *a Grammatica usada é a de Martagão*.

A gramática de Martagão foi encontrada no acervo de obras raras da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia, em sua segunda edição. É um pequeno livro, editado na Bahia no ano 1880, cujo título é *Compendio Rudimental de Grammatica da Lingua Potugueza*: pelo professor público Bernardino Affonso Martagão. O relato do Inspetor diz respeito ao ano de 1860, e a data do exemplar existente na biblioteca da UFBA é de 1880, conclui-se que a obra já existia e era utilizada nas escolas há pelo menos 20 anos, embora tenha recebido aprovação do Conselho em 1872, conforme consta do próprio exemplar.

#### 4. Algumas considerações sobre as gramáticas de Martagão e de Hilário Ribeiro

Dos poucos manuais didáticos disponíveis nas bibliotecas baianas, referentes ao ensino primário, selecionaram-se essas duas gramáticas, a de Martagão, que se supõe ter sido usada apenas na Bahia, e a de Hilário Ribeiro, que, nascido no Rio Grande do Sul, teve suas obras amplamente adotadas em várias províncias brasileiras.

A análise das gramáticas a ser realizada, na verdade, se restringe a alguns comentários sobre a abordagem de alguns fatos gramaticais, restritos à morfologia e à sintaxe.

Segue a folha de rosto da gramática de Martagão, com as informações existentes:

*Compendio Rudimental de Grammatica da Lingua Portugueza*  
Pelo Professor Publico Primario  
Bernardino Affonso Martagão  
Hoje muito melhorado, revisto e approvedo pela commissão  
de professores do externato normal e approvedo pelo conselho superior de

instrução pública  
Adoptado pelo Governo da Provincia  
E pela directoria dos estudos  
Em 15 de novembro de 1872  
Para uso das aulas publicas primarias  
Segunda Edição  
Bahia  
Typ. De Gama & Filho – Rua das Flores  
1880

Pela folha de rosto, ficam explicitadas as credenciais da gramática de Martagão: professor primário, e sua gramática, melhorada e revista, foi aprovada por instâncias superiores, que a qualificaram para ser adotada pelo governo da Província.

A gramática de Martagão possui o modelo das gramáticas filosóficas, de caráter lógico-racional, desenvolvidas nos séculos XVII e XVIII, e que predominaram até a primeira metade do século XIX, algumas adentrando a segunda metade do século. Os estudos gramaticais de base filosófica têm dois representantes portugueses que merecem destaque, que são Antonio José dos Reis Lobato, com sua *Arte da Grammatica da Língua Portugueza* de 1770, que foi encomendada pelo Marquês de Pombal, e foi adotada, pelo menos em Portugal, até mais de meados do século XIX, e Jerônimo Soares Barbosa, com a sua *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza*, de 1822, que exerceu grande influência nos gramáticos portugueses e brasileiros da primeira metade do século XIX.

Na *Introdução* (p. 3), Martagão define gramática:

Grammatica é a arte que ensina a exprimir com acerto nossos pensamentos por palavras, quer fallando quer escrevendo.

Grammatica Portugueza é a arte que ensina a fallar, ler e escrever correctamente a língua portugueza.

Chama-se arte porque ensina os preceitos, e regras para bem ordenar a oração.

O uso da palavra arte, para definir a gramática, está no sentido dado por Aristóteles, na *Metafísica*, que é o de ofício, habilidade para se fazer algo. E este é o sentido usado na tradição greco-latina e nas gramáticas filosóficas dos séculos XVIII e XIX.

A gramática de Martagão é dividida em quatro partes: *Orthographia*, *Etymologia*, *Syntaxe e Prosódia*, à semelhança da gramática de Reis Lobato (1770), da de Frei Caneca (1819), da de Antônio Pereira Coruja (1835). Segundo Fávero, (2001, p. 65), essa divisão em quatro partes é herança da Idade Média, com Alexandre de Villedieu (*Doctrinale Puerorum*,

1200), que permaneceu até o século XVI, com Nebrija e João de Barros, e vai até as gramáticas do século XIX, pelo menos da primeira metade.

Assim diz Martagão:

Divide-se a grammatica em quatro partes, que são: *Orthographia*, *Etymologia*, *Syntaxe* e *Prosódia*.

*Orthografia* é a parte da grammatica que ensina a escrever com acerto.

*Etymologia* é a que ensina a conhecer a origem e a natureza das palavras e suas propriedades.

*Syntaxe* é a que ensina a compor a oração.

*Prosodia* é a que ensina a pronunciar com acerto.

*As partes da oração*, consideradas em quanto ao material chamam-se vocábulos, consideradas pelo que ellas significam, chamam-se palavras e são sete: Nome *Substantivo*, Nome *Adjectivo*, *Verbo*, *Preposição*, *Adverbio*, *Conjuncção* e *Interjeição*.(1) (p. 4)

Nota (1): O artigo e o particípio ficam compreendidos na classe dos adjectivos, o pronome na dos substantivos.

Parte 1

DA ORTHOGRAPHIA (p. 4)

Do que diz respeito à lettra

Lettra é a compreensão de um som indivisível.

Sobre as vogais e as consoantes.

[...]

A vogal *a* tem 2 sons, o 1º longo e forte, como *Más* (adjectivo); o 2º breve, como *Mas* (conjuncção)

As vogais *e* e *o*, tem 3 sons: 1º *longo* e *forte* ou aberto, como: *Fé*, *Dó*, 2º *longo* e *brando* ou fechado, como: *Mercê*, *Avô*; o 3º *mudo* ou *surdo*, *Mate*, *Cedo*.

Observe-se a relação letra – som, estabelecendo distinções de linguagem oral, nem sempre existentes, como a distinção *Más* (adjetivo) e o *Mas* (conjuncção); também a referência às vogais neutralizadas, nas sílabas átonas finais, em [i] e [u], de *Mate* e *Cedo*, como uma realização muda ou surda.

Da PONTUAÇÃO (P.8)

Os signaes da Pontuação são: Virgula (,) Ponto e Vírgula (;) Dous Pontos (:) Ponto final (.) Ponto de Interrogação (?) Ponto de admiração (!) Parenthesis ( ) Risca de união (-) Apostrophe (‘)

Usa-se da Virgula para dividir as orações, como *Estuda, se queres aprender*. Para separar os sujeitos, os attributos e os complementos objectivos e a oração quando passam de um, e algumas vezes antes das conjunções, e sempre depois do vocativo.

[...]

O autor toma cada sinal de pontuação de per se e apresenta um exemplo de cada.



## PARTE II DA ETYMOLOGIA (p. 10)

Do Nome Substantivo

*Nome* é toda palavra que significa as substancias, ou suas propriedades e qualidades.

O *nome* é ou *substantivo* ou *adjectivo*

Nome *Substantivo* é aquelle que exprime cousas que podem existir por si, como: homem, corpo.

O *Proprio* é aquelle que convem só a uma pessoa ou cousa, como: *Pedro, Brazil.*

O *Apellativo* é aquelle que convém a muitas pessoas ou cousas, como: *Homem, Cidade.*

P. 11- Dos apellativos uns são Augmentativos, outros Diminutivos, e outros Colletivos.

Observe-se que os substantivos e os adjetivos estão inseridos na categoria maior do nome. Fávero e Molina (2006, p. 76) esclarecem que os gramáticos gregos e latinos consideram o substantivo e o adjetivo uma subdivisão do nome, e que a distinção substantivo e adjetivo é devido à escolástica. É a divisão que vigora em nossas gramáticas contemporâneas. Mais recentemente, Perini, em seu livro, *Sofrendo a gramática* (1997), propõe que o substantivo e o adjetivo estejam na categoria dos nominais. Faz sentido essa classificação, considerando-se os processos de mudança pelas quais as palavras passam, migrando de uma classe para outra, mormente quando se consideram o substantivo e o adjetivo, havendo um grande trânsito entre eles. Características morfossintáticas e semântico-discursivas os aproximam.

### DO NOME ADJECTIVO (P. 14)

Nome *Adjectivo* é aquelle que se ajunta ao substantivo para determinar ou mostrar alguma qualidade.

Os *Adjectivos* ou são *Determinativos* ou *Qualificativos*.

Os *Determinativos* são os que exprimem individualidades, como: os *Artigos* e os *Pronomes*.

P. 15- Os *Pronomes* são ou *Pessoais*, ou *Possessivos*, ou *Relativos* ou *Demonstrativos*.

Os *Pessoaes* são os que indicam pessoa, ou pessoas, como: Eu, Tu, Elle, Ella, para o singular; e Nós, Vos, Elles, Ellas, para o plural.

Os *Possessivos* são os que indicam a posse de alguma cousa, como: *Meu, Teu, Seu, Nosso, Vosso.*

Os *Relativos* são os que se referem á nomes antecedentes, como: Qual, Quem, Que, Cujo.

Os *Demonstrativos* são os que mostram uma pessoa ou cousa, como: Este, Esse, Aquelle, e os compostos Est'outro, Eppo'outro, Aquell'outro.

Quanto à categoria dos adjetivos, essa inclui os artigos e os pronomes. Não há uma definição de pronome. O pronome é considerado como adjetivo determinativo, e quando o autor

trata da formação do feminino, por exemplo, (p. 17), ele inclui os pronomes, ao lado dos adjetivos como: “[...] os acabados em *o* mudam o *o* para *a*, como *pequeno pequena*. Exceptuam-se *Judeu, Meu, Teu, Seu, Bom*, que fazem *Judia, Minha, Tua, Sua, Boa, Má*.” Segundo Fávero e Molina (2006, p. 77), “Nas primeiras classificações das partes da oração, o pronome não se distinguia do artigo. Apolônio Díscolo dizia que o pronome designava objetos cuja qualidade se expressava indiretamente”. Ainda segundo essas autoras, dos latinos, Prisciano se referia somente aos pessoais. Em muitas gramáticas do século XIX, como a de Carneiro Ribeiro (1881, p. 174), somente os pessoais são considerados pronomes propriamente ditos: “Vê-se, portanto, que só merecem o nome de pronomes os que os grammaticos denominão pessoaes, a que chamaremos simplesmente pronomes.”

### PARTE III

DA SYNTAXE – p. 45

DA ORAÇÃO EM GERAL

*Oração* – uma ou mais palavras com que se afirma ou nega alguma cousa.

A oração consta de três termos, que são *Sujeito, Verbo e Atributo*

*Sujeito* – é a palavra a quem o verbo attribue uma ação ou qualidade como: *Pedro* (no exemplo): *Pedro é amante*. (16)

*Verbo* é a palavra que une o attributo ao sujeito, como: - *é* – no exemplo acima.

*Atributo* é a qualidade que se dá ao sujeito como *amante* – no mesmo exemplo (17)

Esta é uma forma bastante reduzida de tratar a oração. O exemplo dado é de predicado nominal; em Nota, há outras possibilidades de compor a oração, também colocada de forma bastante simplificada, Nota (16): o quê pode, morfologicamente, ser um o sujeito; na Nota (17), o complemento objetivo, exemplo de uma oração formada por verbo pleno.

Martagão trata, em seguida, do Período, da Syntaxe e da Regencia Regular, da Regencia Irregular pela Ellipse; Syntaxe de Concordancia Regular; Syntaxe de Concordancia irregular, pela Syllepse; Das Figuras da Syntaxe. O autor segue a tradição gramatical, identificada em Frei Caneca, por Fávero e Molina (2006, p. 78): Sánchez, na *Grammaire* de Port Royal, em Reis Lobato, em Moraes Silva e em Jerônimo Soares Barbosa. Martagão trata das seguintes figuras da sintaxe: elipse, silepse, pleonasma e hipérbato; segundo Fávero e Molina (p. 79) esta é a classificação de Sánchez, na *Minerva* (1714).

A gramática de Martagão possui 59 páginas. Embora dirigida ao ensino primário, verifica-se, pelos excertos selecionados, o tratamento metalinguístico dado ao estudo da língua. A simplificação não atenua o efeito da abordagem dada a outras gramáticas do período, de cunho filosófico, que são tomadas como modelo.

Passa-se a apresentar a gramática de Hilário Ribeiro, que é já das décadas finais do século XIX, na sua versão revista por Olavo Bilac, e publicada nos primeiros anos do século XX. Este é o exemplar que está disponível na Biblioteca Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia. Segue a folha de rosto.

Grammatica Elementar

E

Lições Progressivas de

Composição

Adotada nas escolas primarias da Capital Federal, e nas de S. Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outras.

Premiada pelo Jury da exposição pedagogica do Rio de Janeiro em 1883, e classificada em 1º lugar

NOVA EDIÇÃO REVISTA

Por

OLAVO BILAC

H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR

71, Rua do Ouvidor, 71

Rio de Janeiro

6, Rue des Saints-Pères, 6

Paris

(H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR, 6, Rue des Saints-Pères, 354.8.1907) Página final

O revisor d'esta Grammatica Elementar de Hilário Ribeiro não alterou o plano do livro. Augmentou apenas o numero dos exemplos, dos exercicios e modelos, e completou algumas lições que lhe pareceram deficientes.

O. B.

Seguem alguns excertos, a título de observação, do tratamento de alguns fatos gramaticais.

Lição II

Adjectivo

Quando dizemos:

Casa grande, bom menino, luz fraca, lição fácil, flor cheirosa dizem-se Adjetivos Qualificativos, porque designam Qualidades que convêm aos nomes a que se referem.

Quando dizemos:

Meu livro, tua casa, este papel, quatro cavallos, nosso pae – as palavras *meu, teu, este, quatro, nosso* dizem-se Adjetivos determinativos, porque particularisam os nomes a que se juntam. (P.25)

As palavras, que attribuem qualidades aos substantivos ou particularisam o objecto

por elles designados, chamam-se ADJECTIVOS. (P. 26)

#### Observação

Conhece-se que uma palavra é adjectivo quando se lhe pode ajuntar pessoa ou cousa.

Assim *bom*, *amável*, *feio* são adjectivos, porque podemos dizer pessoa *amável*, *cousa feia*, etc.

Observe-se que, na gramática de Hilário Ribeiro, os pronomes fazem parte dos adjectivos determinativos, à semelhança do que ocorre na gramática de Martagão, seguindo uma tradição das gramáticas filosóficas. Apenas destaca-se o carácter mais didático de abordagem gramatical do manual de Ribeiro. Seguem alguns exercícios, de aplicação do conceito de substantivo e de adjectivo.

#### Exercicio XXVIII

O *alumno* indicará os substantivos e os adjectivos qualificativos:

Bom menino – Casa grande – Este chapéu – Teu pae – Livro útil – Homem honesto – Valente soldado – Laranja doce – Luz fraca – Este livro – Tua casa – Minha prima [...] (p. 26)

#### Exercicio XXXI

O *alumno* copiará a seguinte fabula e sublinhará com um traço o substantivo e com dois traços os Adjectivos Qualificativos. (Fábula: A raposa e as uvas”)

#### Exercicio XXXIII

Copiar e sublinhar os adjectivos qualificativos (Dois textos “A abelha”; “A borboleta” – uso do Tu, te, vós) (p.28)

(P. 29, outros exercícios)

Divisão do adjectivo determinativo (p. 41)

Possessivos, Demonstrativos, Numeraes, Indefinidos.

(Ribeiro discrimina esses adjectivos e apresenta exercícios).

#### P. 70 - Pronomes – Lição IX

As palavras que representam as pessoas gramaticais, chamam-se pronomes pessoais

(Ribeiro discrimina os pronomes pessoais, acrescentando os oblíquos.)

[...]

Distingue o adjectivo do pronome: “São adjectivos quando estão juntos aos substantivos, e pronomes quando substituem os nomes e acompanham os verbos” (p.72).

Como em muitas gramáticas filosóficas, os pronomes, excetuando os pessoais, são classificados como adjectivos determinativos. Apenas os pessoais são considerados pronomes. Como já foi observado, existe na gramática de Ribeiro um tratamento mais didático para estudo dos fatos gramaticais, com a série de exercícios propostos. Outrossim, observa-se um estudo

descontextualizado dos fatos gramaticais, exercícios com palavras soltas, e, mesmo quando o texto é utilizado, é para serem reconhecidas classes gramaticais. Esse tipo de tratamento dado aos estudos gramaticais, voltados para aprendizagem da língua na escola, continuou no século XX, e mesmo no século XXI, apesar do avanço dos estudos linguísticos, e das mudanças do ponto de vista didático- pedagógico para o ensino de língua portuguesa.

## 5. Considerações finais

O Estado sempre esteve ligado à Igreja do século XVI ao século XIX, considerando-se Portugal e sua colônia brasileira. E os manuais didáticos refletem essa ligação, haja vista as cartinhas ou cartilhas, os manuais de caligrafia, os livros manuscritos, os livros de cunho ideológico-moral, os catecismos. Embora essa tradição tenha chegado até os inícios do século XX, os manuais didáticos evoluíram com o tempo, com a mudança na sociedade, acompanhando as transformações advindas do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

A grande maioria dos livros de leitura e gramáticas, que circulou na Província da Bahia, era de divulgação nacional. Os estudos de Batista, Galvão, Tambara, e de tantos outros, que se debruçaram sobre os manuais didáticos usados no século XIX, confirmam a presença dos mesmos títulos, que tiveram circulação nas províncias. Na Bahia, observa-se, além dos títulos nacionais, também produções locais. Algumas, como a obra didática de Abílio César Borges, o Barão de Macahubas, saiu dos limites da província, sendo adotada nacionalmente.

Quanto às gramáticas analisadas, a de Martagão reproduz o modelo das gramáticas do século XVIII, de natureza filosófica. Trata a língua como expressão do pensamento e fora dos contextos de uso. Dirigida ao ensino primário, é reduzida na abordagem do conteúdo, mas mantém o tratamento metalinguístico, tornando difícil a apreensão, pelo jovem aprendiz, da dinâmica da língua em uso, dos seus processos de variação e mudança.

A gramática de Hilário Ribeiro, também, mantém a tradição das gramáticas filosóficas, mas os exercícios elaborados, a partir da apresentação de cada categoria gramatical, se tornam uma forma mais didática de apresentação dos conteúdos gramaticais. Há o uso da metalinguagem, e os textos utilizados são apenas para reconhecimento das categorias gramaticais, sem identificação das questões discursivas, produtoras de sentido. É para copiar e para sublinhar. Essa prática pedagógica de lidar com a língua e o texto adentra o século XX.

## Referências Bibliográficas

BATISTA, A. A. G. **Livros de leitura manuscrita**: elementos para a história de um manual escolar. Comunicação oral apresentada no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador/Ba, 2002.

BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. de O.; KLINKE, K. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). **Revista brasileira de educação**. 2002. N. 20.

CHARTIER, R. **Poivols de l'écrit et manières de lire**. 2013. Disponível em [http://lelecteurlooeuvre.boocs.ch/read.php?id=100\\_1](http://lelecteurlooeuvre.boocs.ch/read.php?id=100_1). Acesso em 20 out. 2015.

FÁVERO, L. L., MOLINA, M. A. G. **As concepções linguísticas no século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FONSECA, T. N. de L. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALVÃO, A. M. de O. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (orgs.) **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. P.218 – 248.

HUE, S. M. **Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa**. Edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras**: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

MARTAGÃO, B. **Compendio rudimental de grammatica da lingua portuguesa**. 2 ed. Salvador- Ba. Typ. Gama & Filho, 1880.

MATTOS E SILVA, R. V. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In MATTOS e SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. (orgs.). **O português quinhentista**: estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.

MATTOS E SILVA, R. V. A língua e a fé: origens da escolarização em língua portuguesa no império luso. **Filologia e linguística portuguesa**. N. 6. São Paulo: Humanitas, 2004. P. 281-295.

NUNES, A. A. (2004). Educação liberal centralizadora na Bahia sob Pedro I (1822-1830). **Gestão em ação** v. 7 n° 1, p. 51-63, jan/abr.

PERINI, M. A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

RIBEIRO, E. C. **Grammatica portuguesa philosophica**. Bahia: Imprensa Economica, 1881.

RIBEIRO, E. C. **Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza**. Bahia: Imprensa Popular, 1890.



RIBEIRO, H. **Grammatica elementar e lições progressivas de composição**. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1909 [1880].

SOARES, Português na escola: história de uma disciplina curricular. In BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUZA, A. W. S. Manuais de caligrafia no Brasil do século XVIII: caminhos e concepções do desenho. In TRINCHÃO, G. M. C. (org.). **Do desenho das belas letras à livre expressão no desenho da escrita**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SOUZA, E. H. P. M. de. A língua e a escola na Bahia no século XIX: um olhar sobre materiais didáticos. In LOBO, T. *et al.* (Orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012.

TAMBARA, E. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da educação**. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel., 2002. p. 25-52.

### Fontes

**APEB**. Fundo Instrução Pública. Maço: 1039. Presidência da Província Instrução Pública. Compendios Didacticos, 1868-1876.

**APEB**. Catálogo Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos da província. Outros Fundos. 3ª Parte. Instrução Pública. Série Educação. Documento nº 6051, Relatórios da Diretoria Geral dos Estudos e Presidência da Província, p. 70.

**APEB**. Livro de lançamento de entrada e saída de livros fornecidos as escholas publicas. 1880. Catálogo Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos Documentos da Província. Outros Fundos - 3a. Parte. Instrução pública. série Educação. Código de registro: 6566-1.

**Falla** que recitou o presidente da provincia da Bahia, o dezembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembléa Provincial da mesma provincial no 1º de março de 1851. Bahia, Typ. Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1851. Disponível em [www.apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia](http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia). Acesso em 20 out. 2015.

**Falla** com que o exm. sr. comendador Antonio Candido da Cruz Machado abriu a 1ª sessão da vigésima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1874. Bahia Typ. do Correio da Bahia, 1874. Disponível em [www.apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia](http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia). Acesso em 21 out. 2015.

**Relatório** com que o excelentíssimo senhor dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1875. Typ. do Jornal da Bahia, 1875. Disponível em [www.apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia](http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia). Acesso em 21 out. 2015.

**Relatório** com que o excelentíssimo senhor presidente da província, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1876. Bahia Typ. do Correio da Bahia, 1876. Disponível em [www.apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia](http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia). Acesso em 21 out. 2015.